

## Introdução

Dante Lucchesi

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUCCHESI, D. Introdução. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37. ISBN 978-85-232-0875-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Assiste-se, atualmente, na sociedade brasileira, a um movimento de tomada de consciência de sua condição pluriétnica. Em 1988, a Constituinte, em um ato extremamente significativo, assegurou, no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito à propriedade da terra às comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de antigos quilombos. Desde então, vários órgãos do Governo têm-se mostrado sensíveis a essa problemática. Paralelamente, os movimentos negros e indígenas conquistam, a cada dia, mais espaço no cenário político. Recentemente, como medida de maior impacto, o Governo Federal e algumas universidades públicas instituíram cotas étnicas de acesso ao ensino superior, como instrumento de inclusão social de segmentos historicamente marginalizados. E as polêmicas e as controvérsias que tais iniciativas despertaram revelam a tensão e a complexidade que derivam da diversidade étnica da sociedade brasileira. De qualquer forma, não se pode negar que esse movimento reflete a necessidade de uma reparação histórica em relação aos segmentos de indíodescendentes e de afrodescendentes, que, tendo participado ativamente da construção das riquezas materiais e do patrimônio cultural do país, têm sido, ao longo dos séculos, alijados de seus direitos sociais e excluídos dos espaços institucionais e da cidadania.

No plano linguístico, a contribuição dos segmentos indígenas e africanos para a formação da realidade linguística brasileira tem sido menosprezada, ora por razões ideológicas, determinadas por uma visão de “superioridade cultural” do colonizador europeu, ora por opções teóricas imanentistas, que circunscrevem à lógica interna do sistema linguístico as motivações para as suas mudanças. Os obstáculos ideológicos e teóricos se somam às dificuldades de realizar pesquisas de campo que possam recolher evidências empíricas consistentes da ocorrência no português brasileiro de processos de variação e mudança efetivamente induzidos pelo contato entre línguas, de modo que subsiste a lacuna acerca do real papel dos segmentos indíodescendentes e afro-brasileiros na história linguística do país.

Em seu passado de colônia agroexportadora, o Brasil guarda muitas semelhanças sócio-históricas com outras regiões do continente americano, como o Caribe e o Sul dos EUA, onde emergiram boa parte das **línguas crioulas**

conhecidas atualmente no mundo. Essas línguas resultaram do contato massivo, radical e abrupto desencadeado pelo sequestro e escravização de cerca de dez milhões de africanos, trazidos para o continente americano pelos colonizadores europeus, entre os séculos XVI e XIX. Só para o Brasil, vieram aproximadamente 40% desses africanos escravizados, produzindo situações de contato linguístico muito semelhantes àquelas em que, no Caribe e no Sul dos EUA, vicejaram as línguas crioulas. Entretanto, não há registros conclusivos da existência de uma comunidade crioulofona no Brasil. A única especificidade objetivamente atestada no comportamento linguístico das comunidades rurais afro-brasileiras é a utilização, em algumas delas, de um código de base lexical africana na comunicação intragrupal, em situações muito particulares, como uma espécie de “língua secreta”. Mas os antropólogos que documentaram essas línguas secretas afirmam que, nas situações normais de interação linguística, a comunidade usa uma variedade comum de português popular rural.<sup>1</sup>

Assim, apesar de reunir condições sócio-históricas, em princípio, muito propícias à criouliização da língua do colonizador europeu, não ocorreu no Brasil um processo estável, duradouro e representativo de criouliização da língua portuguesa. Mas, se a criouliização do português no Brasil foi, na melhor das hipóteses, um fenômeno historicamente efêmero e localizado, não se pode pensar seriamente que a língua portuguesa não foi diretamente afetada pelo contato do português com as línguas africanas de uma forma bem ampla e representativa, até porque os afrodescendentes se integraram em todos os segmentos sociais e nos mais diferentes ramos da atividade econômica, em todas as regiões do país; concentrando-se, porém, na base da pirâmide social, em função das adversidades históricas que tiveram de enfrentar.

A dimensão do contato linguístico na proporção das situações desencadeadas pelo tráfico negreiro pode ser medida pelo fato de que, até meados do século XIX, os portugueses e seus descendentes diretos constituíam apenas um terço da população brasileira. Os outros dois terços eram constituídos por africanos e índios e seus descendentes, com larga predominância dos primeiros na maior parte do território brasileiro. A grande maioria desses indivíduos tinha de aprender o português nas condições mais adversas, trabalhando como escravos nas grandes plantações do interior do país, de modo que o conhecimento que adquiriam da língua do colonizador se restringia a um vocabulário reduzido, praticamente desprovido de estrutura gramatical. E as crianças que nasciam nessas condições sub-humanas não tinham, normalmente, acesso à língua nativa dos seus pais, muitas vezes falantes de línguas mutuamente ininteligíveis, tendo aquelas de

---

<sup>1</sup> Essa questão é retomada no capítulo 2 deste livro.

desenvolver a sua linguagem a partir do modelo altamente defectivo de português falado como segunda língua por estes.

Essa é a situação prototípica da criouliização. Contudo, é provável que pelo menos uma boa parte dos filhos dos escravos africanos, os chamados *crioulos*, tenha conseguido inserir-se de forma mais favorável na sociedade do colonizador, tendo mais acesso aos modelos da língua dominante, mitigando, assim, a violência da segregação, que determina a gênese das línguas crioulas. Os modelos disponíveis para a transmissão linguística geracional nesses contextos certamente apresentavam *deficits* em relação às situações “normais”, em que uma nova geração desenvolve sua língua materna a partir dos modelos fornecidos pela língua nativa dos seus pais. A diferença reside crucialmente no fato de que, na situação “normal”, as crianças dispõem, como modelo, de uma língua plena, dotada de todos os seus mecanismos gramaticais, enquanto, nos casos em que ocorre o que aqui se denominará de **transmissão linguística irregular**, as crianças têm de atender aos requerimentos de marcadores de tempo, modo e aspecto, de regência e ligação, operadores pronominais, etc., inerentes ao desenvolvimento de sua língua materna, a partir de dados linguísticos primários que provêm, no caso da maioria dos adultos que as cercam, de uma segunda língua desprovida da maior parte desses elementos e mecanismos gramaticais.

Segundo as mais proficuas teorias acerca da **mudança linguística** atualmente disponíveis, mesmo que esse processo não aconteça em um nível tal de intensidade que faça com que surja, na língua materna da nova geração, uma gramática inteiramente original, como ocorre na **criouliização**, ele certamente produzirá profundas alterações na gramática das variedades linguísticas que dele derivem, pois as mudanças gramaticais encontram o seu momento crítico exatamente na transmissão geracional. Considerando que as variedades de português faladas por pelo menos dois terços da população brasileira passou em sua história por um processo de transmissão linguística irregular (mais ou menos intenso conforme o caso), seria bastante razoável pensar que esse processo estivesse no centro das pesquisas acerca da história linguística do Brasil. Entretanto, a grande maioria das análises publicadas sobre a **história do português brasileiro** sequer menciona o **contato entre línguas** e, quando o fazem, é para negá-lo, fundamentando-se metafisicamente em uma “*deriva secular*”, que regeria uma estrutura linguística hipostasiada e abstraída das relações históricas que a enformam e das suas condições concretas de uso e transmissão. Em sua versão mais extremada, a posição que tem mobilizado seus mais valorosos esforços para refutar a relevância do contato entre línguas na formação das variedades atuais do português brasileiro chega até a negar a própria realidade dos fatos, questionando diferenças qualitativas notáveis entre os processos de variação e mudança que afetaram a língua portuguesa no Brasil e os que têm se sucedido em Portugal, com base na interpretação equivocada

dos testemunhos históricos do português arcaico e de dados fragmentados da pesquisa dialetal portuguesa.

Se não é tarefa difícil demonstrar a falta de consistência teórica e os equívocos metodológicos de observação empírica dessas posições extremadas e cada vez mais anacrônicas em face dos quarenta anos de desenvolvimento da pesquisa sociolinguística, ergue-se como grande desafio superar quase um século da hegemonia do **formalismo** que se estabeleceu na **Linguística Moderna**, desde 1916, com a publicação do *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure, cuja grande insígnia era a visão de **língua** como *uma estrutura encerrada em sua lógica interna*. E coloca-se, sobretudo, como tarefa central da historiografia linguística no Brasil superar as limitações dos registros históricos que, em sua grande maioria, se restringem à língua da elite colonial e do Império, de indivíduos que adquiriam o português como língua materna a partir de modelos de falantes nativos dessa língua. Grande parte das análises diacrônicas da língua portuguesa em tempo real tratam apenas do que aconteceu com um terço da população do Brasil, ignorando o que se passou com os outros dois terços de descendentes de africanos e indígenas. A **polarização sociolinguística** que marca a formação histórica da realidade linguística brasileira, apartando a fala de uma elite que sempre teve os olhos voltados para a Europa, em busca de seus modelos culturais e linguísticos, da fala da grande maioria da população que, no cadinho de sua pluralidade étnica, cultural e linguística, forjou os elementos definidores da originalidade cultural e linguística do Brasil, que tanto assombram e encantam o mundo ocidental, desautoriza todos os estudos que apresentam *uma história única para o português brasileiro*. Assim como “**o português são dois**”, a sua história é igualmente bifurcada.

O que animou os mais de quinze anos de pesquisa em localidades remotas do interior do país e os esforços empreendidos na elaboração de análises linguísticas consistentes, cujo grande corolário é este livro que agora leva a público as análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe do português afro-brasileiro fundamentadas em uma sólida base empírica, foi resgatar a história linguística da grande maioria da população brasileira, que, apesar de serem os protagonistas da construção das riquezas do país e do seu patrimônio cultural, sempre foram discriminados e excluídos, tendo a sua voz calada ou recalcada pelo preconceito que se renova a cada dia, como um mecanismo poderosíssimo de dominação política e ideológica da maioria da população por parte de uma minoria que envida todos os esforços para legitimar como única voz digna aquela que se submeta aos ditames da língua da ex-metrópole. Mesmo à custa de cultivar um profundo complexo de inferioridade linguística, porquanto os modelos de uso do português europeu são em muitos aspectos estranhos à realidade de uso da língua no Brasil, a submissão ao cânone linguístico coimbrão constituiu-se como alternativa histórica das classes dominantes brasileiras para engendrar um poderoso mecanismo ideológico de dominação e exclusão social, dirigindo toda a

sua energia discricionária do preconceito para as marcas linguísticas mais notáveis do caráter pluriétnico da sociedade brasileira.

Este livro se fundamenta na visão de que, no cenário polarizado da formação histórica da realidade linguística brasileira, o contato entre línguas afetou diretamente a formação dos padrões coletivos de fala da maioria da população do país (o que se denomina aqui **norma popular**) e só indiretamente a fala das classes economicamente privilegiadas, tradicionalmente chamada de **norma culta**. E os mecanismos gramaticais em que os efeitos do contato linguístico são mais notáveis são exatamente os mecanismos da **concordância nominal e verbal**, de modo que a falta de concordância constitui a **grande fronteira sociolinguística** da sociedade brasileira. É sobre ela que incide, em sua forma mais virulenta, o preconceito linguístico. E é ela que é tomada como o parâmetro definidor das capacidades profissionais, intelectuais e políticas de cada indivíduo. A imprensa conservadora reiteradamente invocou a falta de concordância na fala do presidente Lula da Silva para “demonstrar” a sua incapacidade para exercer a Presidência da República. É assim que se manifesta a intolerância dos segmentos mais reacionários diante do fato de um operário governar o país, mesmo que o governo desse operário não comprometa, nem confronte, no fundamental, os interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Ficam, então, evidentes as raízes históricas do preconceito linguístico, elemento central da ideologia dominante e um poderoso mecanismo na engrenagem da grande exclusão social, econômica e política que esgarça a sociedade brasileira até o paroxismo da violência urbana desenfreada e da miséria que degrada a periferia das grandes cidades do país.

Ao reunir evidências consistentes sobre as relações históricas entre polarização sociolinguística do Brasil e o caráter pluriétnico de sua população, com base na descrição sistemática da gramática de um de seus segmentos mais marginalizados historicamente, as **comunidades rurais afro-brasileiras isoladas**, este livro se integra nas efetivas ações afirmativas de reparação histórica, contribuindo para resgatar a legitimidade da fala popular brasileira em seu caráter pluriétnico. Ampliar o conhecimento sistemático acerca da realidade linguística de setores tão marginalizados da sociedade contribui, por um lado, ao fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas, para que o ensino de língua portuguesa se ajuste mais a realidade da diversidade da língua, tornando-se mais eficaz e democrático, mas esta pesquisa visa, sobretudo, a desarmar o preconceito linguístico, diminuindo os seus nefastos efeitos discricionários. Esses são objetivos deste livro que constitui a primeira grande descrição de conjunto do que se denomina aqui **português afro-brasileiro**, com o significado que se vai explicitar agora.

O conceito de português afro-brasileiro fundamenta-se, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. Não se reconhece no Brasil uma fronteira linguística determinada por fatores étnicos, como ocorre, por exemplo,

nos EUA, onde o chamado *Black English* constitui uma variedade específica do inglês empregada pelos afro-americanos. Mas o português afro-brasileiro não é o português empregado pelos afro-brasileiros em geral. Estima-se, por exemplo, que aproximadamente 85% da população da cidade do Salvador seja constituída por afrodescendentes. Entretanto, pode-se dizer que muito provavelmente nenhum deles é falante do português afro-brasileiro, no sentido em que esse termo é empregado aqui. Se o afrodescendente tem curso universitário e é filho de pais também de nível superior, ele certamente será um falante da **norma culta brasileira**. Entretanto, infelizmente, a maioria dos afrodescendentes ainda se situa na base da pirâmide social, sendo geralmente falantes da **norma popular urbana**, ou **rurbana**.

O **português afro-brasileiro** designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do **português popular rural brasileiro** (ou, mais precisamente, **norma popular rural do português brasileiro**), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do **português popular do Brasil** (ou melhor, da **norma popular brasileira**).

Um levantamento recente estima que existam cerca de 800 comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no Brasil e aproximadamente 250 se situam no Estado da Bahia (ANJOS, 2000). São normalmente pequenos agrupamentos que agregam umas poucas centenas de indivíduos. Nesse sentido, não chegam a 1% da população brasileira, constituindo uma reduzida fração dos 20% da população brasileira que ainda vive no campo. Assim sendo, qual seria a importância de conhecer esse microcosmo do universo sociolinguístico brasileiro?

A grande concentração da população brasileira nos centros urbanos é um fenômeno recente e resulta do grande êxodo rural ocorrido desde meados do século XX. Até o início desse século, mais de 80% da população vivia no campo. O deslocamento massivo da população rural para a periferia das grandes cidades transformou em variação diastrática o que antes era variação diatópica. Tradicionalmente, o campo é mais refratário à normatização linguística, um fenômeno em grande medida urbano. No cenário da polarização sociolinguística do Brasil, a chamada **norma culta** teria se formado e se concentrado nos reduzidos núcleos urbanos fixados quase que somente no litoral. Em oposição às cidades, o português popular brasileiro ia se constituindo no interior do país, onde se instalaram os



engenhos, as plantações de fumo, algodão e mandioca, e onde avançavam a atividade da mineração e a pecuária. Nessa interlândia multilíngue, que concentrava a maioria da população do país formada sobretudo por africanos (e indígenas) e seus descendentes mestiços e endógamos, secundados por um reduzido núcleo de capatazes, senhores, trabalhadores livres e colonos pobres de origem europeia, variedades muito alteradas da língua portuguesa iam-se formando em função da aquisição imperfeita do português como segunda língua em situações muito adversas por parte de uma grande população de falantes adultos e da socialização e nativização desse modelo defectivo de segunda língua, através de sucessivas gerações. Assim, a **norma popular brasileira** atualmente, mesmo em sua variante urbana, exhibe ainda os reflexos dos processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas que marcaram a sua origem histórica no interior do país.

Porém, se os retirantes levaram para as cidades os seus padrões linguísticos e culturais, foram adquirindo forçosamente, em seu processo de integração, os padrões urbanos de maior valor simbólico, dando origem ao indivíduo **rurbano**, marcado por seu caráter híbrido. Se o objetivo da investigação for identificar os efeitos mais notáveis do contato linguístico, o seu universo de observação deve ser então o interior, e não os centros urbanos. Entretanto, mesmo o panorama sociolinguístico da interlândia brasileira tem mudado muito nas últimas décadas, em função da ampliação da malha rodoviária, da massificação do sistema de educação pública e da poderosa ação dos meios de comunicação de massa. Assim, assiste-se no interior do país a um grande processo de **nivelamento linguístico** com a difusão dos padrões urbanos cultos, ou semicultos, de modo que as marcas mais notáveis do contato linguístico do passado tendem a um progressivo desaparecimento.

Nesse contexto, as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas constituem um espaço único para a pesquisa em linguística sócio-histórica que visa a rastrear os reflexos do contato entre línguas na estrutura gramatical das variedades atuais do português brasileiro, pois os efeitos dos processos de transmissão linguística irregular sobre a estrutura gramatical da língua no Brasil seriam mais notáveis exatamente nessas comunidades, em função da combinação das condições históricas em que elas se formaram com o isolamento em que se conservaram até recentemente. Ao reunir essas características, essas comunidades de fala ocupariam um papel específico no cenário das variedades rurais do português brasileiro. Essa especificidade seria atestada com a identificação nelas de processos de variação que estariam ausentes em outras comunidades rurais. Por outro lado, considerando que muitos processos de variação e mudança induzidos pelo contato se alastraram para todas as variedades do português no Brasil, inclusive a sua norma culta, é de se esperar que esses processos se apresentem com um maior nível de intensidade nessas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, mesmo em face das demais comunidades rurais.



Não se pode pensar em qualquer variedade linguística historicamente determinada, sem levar em conta a sua heterogeneidade inerente. Não obstante a sua especificidade, as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas não apresentam um comportamento linguístico uniforme. É natural que umas comunidades tenham passado por um processo de transmissão linguística irregular mais intenso em sua formação do que outras e/ou tenham se conservado em um grau maior ou menor de isolamento. Portanto, é natural que os efeitos do contato entre línguas sejam mais notáveis em umas comunidades do que em outras. O que se espera é que, no geral, os efeitos sejam nelas mais notáveis do que nas demais comunidades rurais, o que justificaria o conceito de **português afro-brasileiro** aqui proposto.

Este livro reúne análises linguísticas de dezesseis tópicos da morfossintaxe da gramática de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, situadas em diferentes regiões do interior do Estado da Bahia, com base em amostras de fala vernácula recolhidas entre 1992 e 2004. O conjunto de análises e reflexões aqui reunidas tem por objetivo dar fundamentação empírica à especificidade do português afro-brasileiro como uma variedade do português que foi particularmente afetada pelo contato entre línguas em sua formação histórica. Com isso, este livro pretende colocar no centro da pauta da pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil o contato entre línguas, estabelecendo uma nítida clivagem entre os processos de formação das variedades populares do português brasileiro, ocorridos em contexto de multilinguismo, e os processos de formação da chamada norma culta brasileira, em que os efeitos de mudanças de ordem discursiva ou pressões estruturais se fazem mais presentes, pois essa variedade do português só teria sido afetada de forma indireta pelo contato entre línguas através do **contato dialetal** com as variedades populares. Para cumprir esses objetivos, este livro, dividido em duas partes, se estrutura da seguinte maneira.

A primeira parte reúne cinco capítulos em que são apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa, bem como a visão histórica que a embasa. A segunda parte contém dezesseis capítulos, cada um dedicado à análise de um tópico da morfossintaxe da gramática das comunidades de fala estudadas.

No primeiro capítulo do livro, é traçado um **panorama da história do contato entre línguas no Brasil**, com base na seguinte hipótese: se as condições em que o contato do português com as línguas indígenas e africanas ocorreram no Brasil não deram ensejo a processos de criouliização do português duradouros e representativos, elas foram bastante propícias a que processos de variação e mudança desencadeados pelo contato linguístico afetasse, direta ou indiretamente, todas as variedades históricas do português brasileiro, sem atingir a intensidade necessária para produzir uma variedade linguística qualitativamente distinta das demais, pois tal processo (a criouliização) deve ter ocorrido, mas de forma localizada e efêmera,

não produzindo uma variedade linguística que se conservasse em uso até os dias de hoje.

O segundo capítulo aprofunda a **definição de português afro-brasileiro**, fazendo também uma descrição das quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, que constituem o universo de observação desta pesquisa, em termos históricos, socioeconômicos e culturais. A constituição de um acervo com amostras de fala vernácula recolhidas em quatro comunidades de regiões diferenciadas do interior do Estado da Bahia foi feita com vistas a capturar a heterogeneidade do português afro-brasileiro, enquanto variedade linguística historicamente determinada.

O terceiro capítulo é dedicado ao conceito de **transmissão linguística irregular**, que se refere fundamentalmente ao processo de socialização e nativização de um modelo defectivo de segunda língua adquirida por uma população de indivíduos adultos, de forma precária, em situações de contato linguístico abrupto, massivo e radical. A reestruturação gramatical desse modelo defectivo, em situações de segregação com acesso restrito aos modelos da língua-alvo, pode gerar uma variedade linguística qualitativamente distinta da língua-alvo, no que se definiu como **pidginização e criouliização**. Mas a transmissão linguística irregular não implica necessariamente pidginização/criouliização, podendo resultar na formação de uma variedade histórica da língua-alvo que se caracteriza por exibir processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas. A sistematização teórica acerca de como o contato entre línguas afeta a estrutura gramatical da língua-alvo é crucial para que as análises aqui reunidas possam atingir o seu objetivo. Mas ainda persistem muitas lacunas na teoria sobre o contato linguístico, de modo que nem sempre o analista dispõe de uma teoria que defina como o contato afeta aquele aspecto específico da estrutura linguística.

O quarto capítulo aborda outro desafio enfrentado também nas análises aqui apresentadas: utilizar uma **teoria gramatical** consistente em análises variacionistas de padrões coletivos de comportamento linguístico. E no quinto capítulo, que fecha a primeira parte do livro, são apresentados os **procedimentos metodológicos** empregados na constituição da base empírica das análises.

A segunda parte do livro, por sua vez, está subdividida em quatro partes, cada uma correspondendo a um nível da estrutura linguística em que se situam os tópicos analisados: a Sentença, o Sintagma Nominal, o Sintagma Verbal e os pronomes.

No nível da **Sentença**, são analisados: a realização do sujeito pronominal, no capítulo 6, que apresenta uma análise com base na teoria gerativa do parâmetro do sujeito nulo, conjugada com uma abordagem sociolinguística do encaixamento social do processo de variação; as orações relativas, no capítulo 7, no qual o uso de estruturas de relativização entre os membros das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas são analisadas segundo o enfoque gerativista, a partir dos princípios da

Gramática Universal; as orações clivadas e pseudoclivadas, no capítulo 8; as construções de tópico, no capítulo 9, que exhibe uma detalhada taxonomia das estruturas de tópico encontradas nas comunidades analisadas em confronto com o que já se observou em outras variedades do português brasileiro; e a negação sentencial, no capítulo 10, que identifica as três variantes da negação sentencial no português, bem como o seu condicionamento linguístico e social, nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas.

No nível do **Sintagma Nominal**, são analisadas: a concordância de número, no capítulo 11, que contém um estudo contrastivo entre a variação observada em uma comunidade rural afro-brasileira isolada e uma comunidade de fala formada por descendentes de trabalhadores braçais africanos que foram levados para as empresas agroexportadoras de café e cacau de São Tomé, entre os finais do século XIX e o início do século XX; a concordância de gênero, no capítulo 12, que traça um paralelo entre a variação na concordância de gênero no interior do SN em uma comunidade rural afro-brasileira isolada e a violenta erosão da morfologia de gênero nas línguas crioulas de base lexical portuguesa da África, em contraste com o processo de expansão da morfologia do gênero que se observa na história da língua portuguesa, e apresenta ainda uma ampla análise dos condicionamentos sociais da variação linguística na comunidade de fala analisada; e os artigos, no capítulo 13, que contém uma análise variacionista do emprego do artigo em SNs de referência definida, revelando um processo de mudança aquisicional dessa partícula gramatical, bem como paralelos interessantes com o que se observa nos crioulos de Cabo Verde e São Tomé, no que concerne à ausência do artigo.

No nível do **Sintagma Verbal**, são analisadas: a concordância verbal, no capítulo 14, com a análise de três variáveis linguísticas — a concordância verbal com a 1ª pessoa do singular e com a 1ª e 3ª pessoas do plural —, reunindo evidências empíricas muito significativas em favor da polarização sociolinguística do Brasil e da relevância do contato entre línguas na formação das variedades populares do português brasileiro; o emprego do subjuntivo, no capítulo 15, que revela um processo recente de substituição de formas do indicativo, que se generalizaram no passado em função do contato entre línguas, por formas do subjuntivo em contextos contrafactuais, hipotéticos e de incerteza; a concordância em estruturas passivas e de predicativo do sujeito, no capítulo 16, com novos dados empíricos sobre a polarização linguística do Brasil e os efeitos do contato entre línguas; o objeto direto anafórico de 3ª pessoa, no capítulo 17, com uma análise que procura identificar o estatuto da categoria vazia nas comunidades de fala analisadas; e a alternância dativa, no capítulo 18, que aborda um dos efeitos mais radicais do contato entre línguas nas comunidades analisadas, as construções de objeto duplo, que são gerais entre as línguas crioulas e não fazem parte do repertório linguístico das línguas românicas.

Na parte dedicada aos **pronomes**, as análises têm por objeto: no capítulo 19, a forma do pronome da 1ª pessoa do plural, afetada por um processo de substituição da forma canônica do pronome pessoal *nós* pela expressão *a gente*, que parece estar mais avançada na norma popular e rural do que na norma urbana culta; e a flexão pronominal de caso e o sistema de indicação de posse, nos capítulos 20 e 21, respectivamente; esses dois capítulos revelam como processos distintos e independentes de variação e mudança afetaram a norma popular e a norma culta, configurando historicamente a polarização sociolinguística do Brasil.

A conclusão do livro contém uma sistematização dos resultados das análises realizadas com o objetivo de traçar o perfil linguístico e sociolinguístico do português afro-brasileiro. No **perfil linguístico**, são identificados os processos de variação que seriam privativos dessa variedade específica do português brasileiro, bem como as características que a individualizam nos casos em que a variação atinge as outras variedades linguísticas brasileiras, tendo como corolário estabelecer relações empiricamente motivadas entre os processos de variação e mudança aqui analisados com o contato entre línguas que marca a formação histórica dessas comunidades de fala. O **perfil sociolinguístico** tem por objetivo identificar os processos de mudança em curso nas comunidades de fala analisadas, definindo suas características, tais como: se a mudança é interna à comunidade ou decorre de influências externas; se a variação está situada acima ou abaixo do nível de consciência; e como a mudança está se difundindo na comunidade. O perfil do português afro-brasileiro que se constitui com este livro está na base da próxima etapa desta pesquisa: uma comparação sistemática dos resultados aqui obtidos com os de análise que já estão em curso focalizando outras variedades do português popular do interior do Estado da Bahia, com o objetivo de precisar as correlações empiricamente motivadas entre o contato linguístico e os processos de variação e mudança observados. Com isso, espera-se lançar novas luzes sobre a história sociolinguística do Brasil.